

O fenômeno da Economia Solidária sob à ótica de uma análise sócio-histórica hermenêutica (ASHH) nos estudos organizacionais

The phenomenon of the Solidary Economy under the optics of a hermeneutical socio-historical analysis (ASHH) in the organizational studies

Elizeu Barroso Alves 

1 Centro Universitário Internacional Uninter, Universidade Positivo, Doutor em Administração, e-mail: elizeu.balves@hotmail.com

RESUMO

Nosso objetivo com esse texto é vislumbrar delineamento do método Hermenêutica de Profundidade e as possibilidades de análise da primeira etapa: a análise sócio-histórica hermenêutica proposta por Thompson (2000), e seu protocolo metodológico proposto por Stefani e Vizeu (2014). Como objeto de apreciação vamos realizar uma ASHH do fenômeno da Economia Solidária (ES). Quanto a Economia Solidária, temos que ela está à margem do mercado management hegemônico, pois ela é um outro modo de produção tendo os seus princípios pilares como a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002). Com isso, através da ASHH podemos vislumbrar novas possibilidades teórico-metodológica de estudo que não as de cunho a-histórico, pois ao compreender a história e seu enlace social nos possibilita entender a construção e reconstrução dos fenômenos por uma lente que não a convencional funcionalista.

Palavras-chave: Estudos Organizacionais. Economia solidária. Análise Sócio-histórica hermenêutica.

ABSTRACT

Our goal with this text is to outline the Hermeneutics of Depth method and the possibilities of analysis of the first stage: the socio-historical hermeneutic analysis proposed by Thompson (2000), and its methodological protocol proposed by Stefani and Vizeu (2014). As an object of appreciation, we will carry out an ASHH of the Solidarity Economy (ES) phenomenon. As for the Solidary Economy, we have that it is on the margins of the hegemonic management market, since it is another mode of production with its pillar principles as the collective or associated property of capital and the right to individual freedom (SINGER, 2002). With this, through the ASHH we can glimpse new theoretical-methodological possibilities of study, not those of an historical nature, because understanding the history and its social connection allows us to understand the construction and reconstruction of phenomena by a lens that is not conventional functionalist.

Keywords: Organizational Studies; Solidarity economy; Socio-historical hermeneutic analysis.

1 INTRODUÇÃO

Tão importante quanto o olhar para os Estudos Organizacionais (EORs) das últimas décadas no Brasil, é observar a predominância de uma abordagem funcionalista da sociologia de uma natureza a-histórica, onde apesar dos diversos avanços em termos de novas perspectivas dentro do campo, essa é ainda a predominância de uma base epistemológica hegemônica no campo dos EORs (BETERO, 2005; VIZEU, 2010; STEFANI; VIZEU, 2014). Uma vez que “teoria é o saber acumulado de tal forma que permita ser este utilizado na caracterização dos fatos tão minuciosamente quanto possível” (HORKHEIMER, 1991, p. 125), podemos vislumbrar então que, ainda temos o traço funcionalista-gerencialista no fazer ciências sociais aplicadas, principalmente na área de gestão.

Nosso objetivo com esse texto é vislumbrar as possibilidades de análise sócio-histórica hermenêutica nos estudos organizacionais (ASHH) e como objeto de apreciação vamos realizar uma ASHH do fenômeno da Economia Solidária (ES).

Nessa nova perspectiva de olhar os fenômenos organizacionais à uma luz que não da teoria tradicional, ou seja, de uma teoria de base positivista, como a funcionalista, podemos ter consciência do fato de que as trajetórias de diversos fenômenos organizacionais não ocorrem de forma ‘natural’, desenvolvimentista rumo ao progresso, e sim, por circunstâncias socioeconômicas, de um sistema de mercado predominante, que culminou com a modernidade e tem colonizado a nossa vida, ou seja, nosso pensar e agir na sociedade.

Com isso, há três séculos, saímos de uma sociedade agrícola, onde as condições para que o mercado deixasse de fazer parte da vida, para organizar a vida não surgiram naturalmente, ou seja, elas tiveram que ser criadas (POLANYI, 2000). Segundo Polanyi (2000, p.60) “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” e o resultante foi que todas as “transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial” (p.60). E, dessa forma, tudo se passou a ser mercadoria: a terra, o trabalho e o dinheiro.

Faz-nos sentido trazer para a discussão na comunidade acadêmica, a possibilidade, a viabilidade e a potencialidade das análises sócio-históricas para os EORs, em sua verossimilhança para olhar os fenômenos com uma lente de que estes são construções simbólicas (THOMPSON, 2000), bem como o olhar dentro da guinada histórica em ciências sociais, onde entendemos que tais fenômenos em diferentes culturas e diferentes contextos históricos representam diferentes

significados e visões de mundo, assim, conhecer a história para o pesquisador é a possibilidade de ampliação da explicação dos fenômenos (VIZEU, 2010).

Assim, pode-se assumir, que se faz necessário – e viável – o olhar para os fenômenos sociais além de uma visão funcionalista. Pois de uma forma contraditória, tal premissa cientificista tem sido base para a manutenção do *status quo* de um pensamento hegemônico, e tal qual é exposto está aberto a distorções e manipulações ideológicas.

Minha argumentação (...) é de que, embora vários tipos de análise formal, estatística e objetiva serem perfeitamente apropriados e até mesmo vitais de forma geral na análise social, esses tipos de análise se constituem, na melhor das hipóteses, num enfoque **parcial** aos estudos dos fenômenos sociais e das formas simbólicas (...) e formas simbólicas são construções significativas. (THOMPSON, 2000, p.358, grifo do autor).

Com isso, temos que os processos de compreensão e interpretação devem ser complementares a essa visão do mundo, onde distanciamos-nos de uma visão cartesiana de uma teoria tradicional com seu viés de evolução natural das ciências naturais, e nos aproximamos de uma teoria crítica, onde temos os homens como produtores das formas históricas de associação da vida (HORKHEIMER, 1991).

E, para essa discussão, de forma a contribuir para o debate acadêmico, de uma análise sócio-histórica, A pergunta condutora desta pesquisa foi: **Como o uso da ASHH pode contribuir para o entendimento sobre a construção social-histórica da Economia Solidária?** A opção por tal fenômeno é que este se dá dentro de um contexto histórico, e hoje, através de seus Empreendimentos de Economia Solidária (EES) estão dentro do sistema econômico hegemônico de mercado, porém à margem. **E, optamos como recorte o seu entendimento a partir da Inglaterra.**

A temática nos é cara, pois no Brasil temos uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que elaboram ações para a Economia Solidária no Brasil, e em Planos Nacionais, como o 1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019; e compreender como o Estado entende o fenômeno nos trará indicações de como a temática é entendida nos dias atuais, uma vez que o olhar a-histórico pode culminar em erros em elaborações de políticas de Estado, bem como a viabilidade dos EES para o conhecimento de suas possibilidades de atuação junto ao grande público social.

Por fim, cremos que ao conduzir o fenômeno para uma análise sócio-histórica, possamos contribuir para a interdisciplinaridade de teorias – que é uma das diferenças entre a teoria tradicional e a teoria crítica – e demonstrar que a história não é apenas ‘colecionadora de fatos’ e que a sociologia não se posta como ‘afirmadora do óbvio em jargão primitivo’ como se era discutido anteriormente (BURKE, 2002). Pois, “a produção, circulação e recepção de formas simbólicas são processos que acontecem dentro de contextos, ou campos **historicamente** específicos e **socialmente** estruturados (THOMPSON, 2000, p. 368, grifo nosso).

Destarte, o texto está estruturado em quatro seções além dessas considerações iniciais, na segunda seção trataremos sobre a oxigenação da discussão na academia sob o olhar para fenômenos com uma perspectiva sócio-histórica, com base na hermenêutica em profundidade (HP) proposta por Thompson. Na seção três apresentamos o uso da Análise Sócio-Histórica Hermenêutica (ASHH), com sua sistematização proposta por Stefani e Vizeu (2014), no fenômeno da Economia Solidária. E, na última seção temos nossas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POR UMA NECESSIDADE DE UM OLHAR PARA O FENÔMENO COM UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRIA

Quando se trata estudos de fenômenos em EORs, devemos considerar que existem grandes diferenças entre os aspectos universais dos fenômenos sociais, onde se dá pouca importância ao conjunto de fatores que se modificam ao longo do tempo, assim, temos estudos com inspiração funcionalista, onde seus interesses estão mais voltados em revelar a universalidade da organização formal, onde esta forma epistemológica desconsidera as influências causadas pela historicidade (BURKE, 2002; JACQUES, 2006; VIZEU, 2010).

Para ilustrar essa apreensão Jacques (2006, p. 37), afirma que “*analogous critique can be applied to virtually every topic in management and organization studies. Students who know only the thumbnail history of leadership research ‘know’ that trait theories were discredited decades ago*”, com isso, abre-se ao debate a importância da história em EORs no sentido de revelar o comportamento histórico de um fenômeno e entender em quais condições foram propícias para a mudança.

Assim, o sentido que se apresenta é aquele que visa se criar ou se desfazer paradigmas, como por exemplo, que o crescimento organizacional de cunho desenvolvimentista e cerne

iluminista seria o responsável por garantir a paz entre as nações e só através dele trazer o bem-estar social, o que para nós, parece que não nos foi entregue de forma satisfatória pela promessa positivista como uma evolução natural de acepção darwiniana.

Com isso, abriu-se novas frentes de se apreender o social, como o materialismo histórico de Karl Marx (1818-1883) e os estudos críticos da Escola Crítica de Frankfurt. O resultante disso é a consideração que devemos ter que em diferentes momentos históricos pode haver diferentes significados e visões. Com isso abre-se o entendimento de que é possível uma conciliação de uso dos dados históricos na teorização sociológica e o uso das teorias e conceitos sociológicos para uma análise mais acurada da história (TUCHMAN, 1994; LE GOFF, 1998; VIZEU, 2010).

Não se pode negar que o funcionalismo leva em consideração a história, porém, para este, a histórica é acessória, meramente ilustrativa, de uma concepção evolucionista influenciada pela biologia, onde a comparação é da superioridade do presente sobre o passado (JACQUES, 2006).

Já “o objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção de formas simbólicas” (THOMPSON, 2000, p.366), e para ilustrar essa premissa, temos a condição social e histórica do momento em que, citando caso análogo, a **terra**, passou-se a ser uma forma simbólica da economia, uma mercadoria, construída socialmente por uma nova forma de organização de um sistema econômico até então nascente, hoje hegemônico.

Tal situação trouxe grandes transformações na forma de se organizar a vida em sociedade, e que nessa transição do feudal para o capitalismo, nasce-se um fenômeno até então inexistente: o desemprego (POLANYI, 2000). Assim, trazendo para discussão a sócio-historicidade nos EORs, segundo Vizeu (2010) esta nos traz a possibilidade de reconstrução do conhecimento sobre os fenômenos, como o administrativo e o organizacional.

Deste modo, entender os EORs em um viés sócio-histórico é uma oportunidade de abertura para a compreensão de uma postura do sentido desnaturalizada, no oposto da visão funcionalista e estruturalista de que tudo na sociedade tende ao equilíbrio natural, o que entendemos que essa verdade já está falseada (JACQUES, 2006), pois não podemos cair no risco de uma visão histórica de mundo social de forma progressista, onde haveria uma cadência natural e incremental tal qual uma linha contínua de tempo, sem rupturas, uma vez que segundo Le Goff (2000) podemos admitir que a história é mais problemática do que automática no sentido de que ela é um fenômeno em movimento, não é estática e nem tão pouco ‘apenas’ estrutural-figurativa.

Nos parece muito limitado apenas se emaranhar em teias históricas descritivas, manuscritas e tão pouco apreender a sociedade e sua história como um sistema de equilíbrio de inspiração do universo da física e da biologia, tal qual o corpo humano (BURKE, 2002) e de inspiração *hankeana*. Agir de tal forma abre-se margem para uma interpretação anacrônica da construção do social, principalmente da modernidade.

Além da análise sócio-histórica, proporcionar outra visão que não a predominante nos EORs, pode-se e cabem-se arranjos interessantes, como a semântica histórica-política dos conceitos antiéticos assimétricos de Koselleck (2006) e a Hermenêutica em Profundidade (HP) proposta por Thompson (2000).

Em primeiro, temos que ao entender os conceitos modernos é assimilar o mundo em que vivemos, e assim realizar uma leitura do passado com a possibilidade de não acroníssimo. Destarte, podemos sob um viés proporcionado pelas condições históricas, por exemplo, de como a burguesia se tornou a elite social, lugar antes ocupado pela aristocracia. Com isso, temos que o “conceito serve não apenas para indicar unidades de ação, mas também para caracterizá-las e criá-las. Não apenas indica, mas também constitui grupos políticos ou sociais” (KOSELLECK, 2006, p.192).

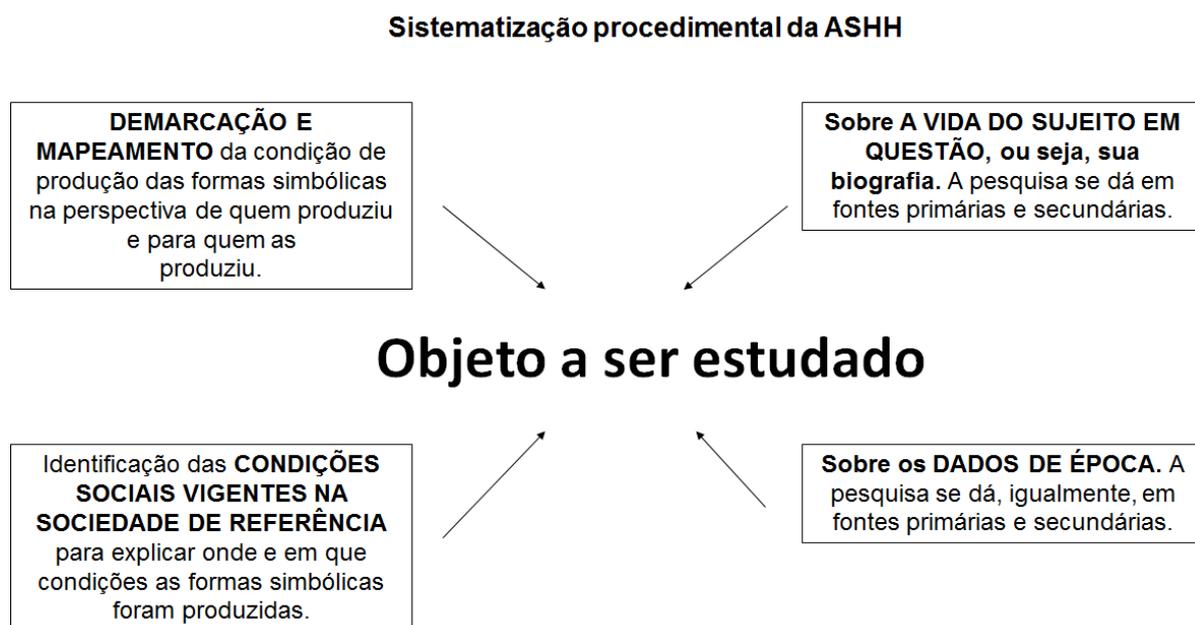
Uma vez que olhar a história para uma análise social nos abre inúmeras possibilidades, para sua execução no pesquisador deve-se despertar a inquietação sobre o protocolo mais propício para explorar tal empreendimento. Nesse sentido, destacamos que a HP proposta por Thompson (2000), em uma perspectiva ricoueriana, e com suas três fases/procedimentos principais: (i) análise sócio-histórica; (ii) análise formal ou discursiva; e (iii) Interpretação/Re-interpretação pode ser uma metodologia propicia para não se correr o risco do anacronismo, uma vez que nós nos mobilizamos em função de nossa interpretação.

E, não se pode desconsiderar a forma pela qual a história do social é ‘contada’ e ‘interpretada’ no campo dos EORs, e que sua factível influência na composição e racionalidade das organizações, está não está isenta de ideologia, ou até mesmo pode-se recorrer a ideologia como forma de se explicar o mundo no sentido de controlá-lo e dominá-lo. A HP nos traz a possibilidade de luz às relações de dominação que são estabelecidas e sustentadas, ou seja, as assimetrias sistemáticas que implicam em efeitos nocivos para determinados grupos ou atores sociais.

E, ainda nessa proposta thompsoniana, Stefani e Vizeu (2014,) apontaram as possibilidades de contribuições da primeira etapa da metodologia de Thompson (2000) - a Análise Sócio-histórica Hermenêutica (ASHH) -, pode trazer aos EORs e da administração, ilustrado por um exemplo de

análise sob a autora da administração Mary Parker Follett (1868-1933). E nesse estudo, os autores apresentam quatro passos para a operacionalização da ASHH. Os dois primeiros são de ordem epistemológica e os dois últimos de ordem operacional. Como podemos acompanhar na figura 1.

Figura 1: Sistematização procedimental da ASHH



Fonte: Adaptado de Stefani e Vizeu (2014).

Assim, utilizamos desse modelo para uma ASHH da Economia Solidária, onde partiremos de conceitua-la tal qual essa se apresenta no contexto atual, através de diversos autores da comunidade acadêmica, bem como, pelo Governo do Estado brasileiro através de sua SENAES que estabelecem as políticas nacionais para esse fenômeno.

3 UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA HERMENÊUTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA INGLATERRA

De uma forma procedural para uma análise prudente do fenômeno da Economia Solidária (ES), nesse estudo, primeiramente apresentaremos o contexto atual do fenômeno pela lente de sua relevância e estudos atuais, assim, no sentido de almejar a apresentar em qual base esta se encontra e quais são os esforços na atualidade para compreender o fenômeno. Posteriormente, em uma

ASHH intencionamos apresentar as condições para o surgimento do fenômeno e dessa forma, revelar possíveis contradições de conceitos e intenções.

3.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB O PRISMA DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI

A ES se apresenta nos dias atuais como um fenômeno, um segmento emergente e uma forma de olhar os movimentos da sociedade e da economia, constituindo-se um novo modo de (re)pensar a produção e a gestão, e com sua visão estrutural desembocadas nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e apresentando uma racionalidade diferenciada dos princípios da economia de mercado e de estado. Nesse sentido, as premissas e condições para uma ES tem se destacado nas últimas décadas no meio acadêmico, empresarial e governamental (RAZETO, 1993; GAIGER, 1996; SINGER, 2001; LAVILLE, 2004; RUFINO, 2005; FRANÇA FILHO, 2004; PINHEIRO; ALVES *et al.*, 2014; PAES DE PAULA, 2015), apresentando as possibilidades e as potencialidades de uma economia que mesmo estando a margem da economia dominante e hegemônica de mercado, vem através de alguns estudos e práticas se apresentando como uma possibilidade real de organização do social.

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 10).

Alves *et al.* (2016) em sua realização de estudo bibliográfico para apreender como se encontra o estado da arte, com uma pesquisa documental de 2001 a 2013, nas bases da *Scielo* e *Spell*, apresentam que houve 93 artigos sobre a temática dos EES; com seu ápice de publicações iniciado em 2008, com 13 artigos, e sendo essa a média de publicação até 2013. Assim, vemos que há um movimento de afirmação de tais estudos no Brasil.

Desde os anos 1990, o dinamismo e a ampliação progressiva da Economia Solidária no Brasil deram lugar a um leque amplo de mobilizações que tinham a intenção de promovê-la como alternativa de renda e de qualidade de vida, convertendo-a em objeto de crescente interesse científico. (GAIGER, 2012, p. 5).

De parte do poder público tivemos a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) no ano de 2001 que posteriormente culminou na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no ano de 2003 tendo Paul Singer como secretário. No mesmo ano foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Posteriormente em 2005 foi lançado pela SENAES o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que mapeou os EES a nível nacional, sendo que se apresentou um total de 21.589 EES em 2007 e 19.708 em 2013, sendo que nesse ano, também se tem o advento da criação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. E por fim, em 2015 no Brasil foi lançado o 1º Plano Nacional de Economia Solidária, fruto da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (3º CONAES) realizado de 26 a 29 de novembro de 2014, em Brasília/DF.

Diante do exposto, o fenômeno da economia solidária se apresenta como parte da agenda nacional, bem como da comunidade acadêmica. Porém, nos inquieta as muitas apresentações da ES como antagônica ao sistema capitalismo principalmente – ou quase sempre exclusivamente – sobre o viés de resposta as transformações do mundo do trabalho, ou como unicamente a solução ao desemprego, relegando assim, a ES ainda mais a margem dentro de uma luta de Davi e Golias, principalmente pela sua abordagem de trocas comerciais.

Tal visão inquieta-nos, pois assumimos o pressuposto de que a economia solidária é muito mais do que uma resposta ao desemprego ou cumpridora de uma função sob as astúcias estatais para minimizar os impactos que são comuns para que o sistema capitalismo não entre em colapso. Ou seja, descartamos as presunções de que a ES é um sistema de pobres que trabalham para pobres, no intuito de continuarem pobres. Basta verificar que as maiorias dos EES se concretizam como cooperativas de coleta e reciclagem de lixo. Do ponto de vista do desenvolvimento, as duas últimas décadas do século XX, para o Brasil, foram perdidas, o que acarretou desemprego em massa, fechamento de empresas e redução da produção de emprego (SINGER, 2004, p. 201).

Assim, partindo de uma premissa de que os EES que são regidos e organizados sob o prisma de autogestão e que realizam suas atividades produtivas de bens ou serviços, crédito, trocas e consumo solidário sob princípios da cooperação, autogestão e da solidariedade não se podem ser considerado apenas uma solução econômico-financeira para seus agentes, e sim, ao partir para uma ASHH podemos vislumbrar sob quais condições a ES da modernidade se apresentou. Principalmente ao partir do pressuposto, de que antes do sistema de mercado colonizar a vida à partir do século XIX já haviam traços de uma economia social, “o selvagem individualista, que

procura alimentos ou caça para si mesmo ou para sua família, nunca existiu (...) e mesmo com nível avançado de agricultura, ela não tinha nada em comum com a motivação de ganho” (POLANYI, 2000, p. 73) e, no paradigma atual, se for apenas no aspecto econômico-financeiro o que vai diferenciar de fato as mazelas que abarcam os EES das aflições que oprimem as pequenas e médias empresas? Por exemplo, no 1º Plano Nacional de Economia Solidária, apresentam-se como ameaças a expansão e fortalecimento da ES no Brasil, segundo o CNES (2015, p.8):

- a) A hegemonia do sistema capitalista que favorece o acúmulo de capital, gerando crescimento econômico sem desenvolvimento social, sendo contrário aos princípios da economia solidária e que limitam a expansão de seus empreendimentos;
- b) Um contexto político marcado ainda pelas políticas neoliberais, com seus aparatos ideológicos conduzidos por forças conservadoras da sociedade que têm poder de repressão, criminalização, cooptação e degeneração das estratégias e alternativas sociais emancipatórias, a exemplo da economia solidária.

Por fim, acreditamos na possibilidade de um resgate sócio-histórico do fenômeno da ES da modernidade no sentido contribuir para o debate do papel do social e da solidariedade dentro de uma economia de mercado. “A bem da verdade, desde o séc. XIX registram-se tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo (...) para garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores” (GAIGER, 2003, p. 182).

3.2 UMA ASHH DO FENÔMENO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No nosso percurso metodológico nos orientamos pela análise sócio-histórica (THOMPSON, 2000; STAFANI, VIZEU, 2014) para compreensão do fenômeno em questão enquanto uma forma simbólica, uma vez que se pode considerar que no que se refere a ES em um olhar atual, principalmente em uma visão do *management* referenciado nas políticas públicas de estados e alento da comunidade acadêmica, pode-se incumbir na ocorrência de enxergar esse fenômeno através de um simulacro de realidade funcional, de cunho simplista. Vide as metas propostas no 1º Plano Nacional de Economia Solidária, onde todas são de cunho quantitativo-instrumental de crescimento sustentável, onde este, tal qual como se apresenta está incorrendo em factoides e falácias ideológicas.

No delineamento proposto por Stefani e Vizeu, para empreender a ASHH, deve-se observar os seguintes aspectos: (i) **demarcação e mapeamento** da condição de produção das formas simbólicas na perspectiva de quem produziu e para quem as produziu; (ii) Identificação das **condições sociais vigentes na sociedade de referência** para explicar onde e em que condições as formas simbólicas foram produzidas; (iii) Sobre **a vida do sujeito em questão**, ou seja, sua biografia. A pesquisa se dá em fontes primárias e secundárias; e (iv) Sobre os **dados de época**. A pesquisa se dá, igualmente, em fontes primárias e secundárias.

3.2.1 Demarcação e mapeamento da condição de produção das formas simbólicas

Na demarcação e mapeamento da condição de produção das formas simbólicas, onde “ASHH parte da ideia de que seu objeto de análise é algo socialmente construído e que tem uma comunidade de referência” (STEFANI; VIZEU, 2014, p.197). E para a ES, na **Inglaterra**, nos remetemos ao seu início que pode ser considerado o movimento **owenita** que “representava os anseios do povo comum, esmagado pelo surgimento da fábrica, de descobrir uma forma de existência que tornasse o homem senhor da máquina” (POLANYI, 2000, p. 201).

Movimento esse que incluía diversos incluíam “centenas de milhares de profissionais e artesãos, operários e trabalhadores e, com seus inúmeros adeptos, podem se classificar entre os maiores movimentos sociais da história moderna” (p.201). Onde tal movimento, juntamente com o movimento Cartista, apesar de seus fracassos, apresentaram a necessidade de proteger o homem sob o novo movimento, após revoluções industriais, e que criou uma nova classe, a dos desempregados, “os pobres capacitados, a quem poderíamos chamar de desempregados, presumindo que poderiam ganhar a vida com seu trabalho manual, se pudessem encontrar emprego” (p.110). Dessa forma, temos que a condição de nascimento de uma preocupação de se proteger ao sistema de mercado, que havia transformado tudo em mercadoria, como o trabalho e a terra é o cerne do ES moderno.

O rápido esboço dos sistemas econômicos e dos mercados, tomados em separado, mostra que até a nossa época os mercados nada mais eram do que acessórios da vida econômica. Como regra, o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele. Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável. Uma economia desse tipo se origina

da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. (POLANYI, 2000, p.89).

Assim, a condição que se constitui a ES foi em um momento de transição – construção – de sistemas econômicos, para um sistema até então nunca visto, produzido pelo interesse em se elevar o acúmulo do capital, e a pressão das organizações para abolir leis que protegiam os menos afortunados na Inglaterra, como a *do Statute of Artificers* (Estatuto dos Artífices - 1563) e a *Poor Law* (Lei dos Pobres - 1601), que retiraram “o trabalho da zona de perigo, e a política anticercamento dos Tudors e dos primeiros Stuarts foi um protesto concreto contra o princípio do uso lucrativo da propriedade fundiária” (POLANYI, 2000, p.91).

3.2.2 Identificação das condições sociais vigentes na sociedade de referência

Quando se trata da identificação das condições sociais vigentes na sociedade de referência, ainda no movimento **owenita**, temos que a sociedade acabara de se transformar em uma sociedade puramente econômica de forma de organização da vida, tendo o lucro e o acúmulo de riquezas como seu objeto número um. Onde até mesmo, segundo Polanyi (2000), Aristóteles denunciava o princípio da produção visando lucros, como não natural do homem, pois era de ser inerente a separação da motivação econômica das relações sociais. No nascer do sistema hegemônico de mercado, estava-se a proposta de um mercado auto-regulável, e que em sua proposta de progresso, como vislumbrava Adam Smith, iria prover felicidades a todos os envolvidos.

A auto-regulação significa que **toda a produção é para venda no mercado**, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Por conseguinte, **há mercados para todos os componentes da indústria**, não apenas para os bens (sempre incluindo serviços), mas também para o **trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados, respectivamente, preços de mercadorias, salários, aluguel e juros**. Os próprios termos indicam que os preços formam rendas: juro é o preço para o uso do dinheiro e constitui a renda daqueles que estão em posição de fornecê-lo. Aluguel é o preço para o uso da terra e constitui a renda daqueles que a fornecem. Salários são os preços para o uso da força de trabalho, que constitui a renda daqueles que a vendem. Finalmente, os preços das mercadorias contribuem para a renda daqueles que vendem seus serviços empresariais, sendo a renda chamada de lucro, na verdade, a diferença entre dois conjuntos de preços, o preço dos bens produzidos e seus custos. (POLANYI, 2000, p.90, grifos nosso).

Assim, as condições para o fenômeno da ES, ou seja, de outro tipo de arranjo econômico, ou mesmo uma resposta de proteção ocorre no momento em que o sistema econômico é separado da sociedade, onde “a sociedade do século XIX revelou-se, de fato, um ponto de partida singular,

no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta” (POLANYI, 2000, p. 93). “Um tal padrão institucional não poderia funcionar a menos que a sociedade fosse subordinada, de alguma forma, às suas exigências. Uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado” (p.93). Com isso, temos os primeiros passos de uma instrumentalização da vida em sociedade, onde só “terão validades as políticas e as medidas que ajudem a assegurar a auto-regulação do mercado, criando condição para fazer do mercado o único poder organizador na esfera econômica” (p. 91). Polanyi (2000), afirma que o capitalismo chegou sem se anunciar, e um dos seus primeiros sintomas foi o aumento do pauperismo rural, posteriormente com a migração para os grandes centros, os ‘profissionais’ que até então subsistiam, passa-se a margem do sistema de mercado.

3.2.3 Sobre a vida do sujeito em questão

Na questão sobre a vida do sujeito em questão, identificamos como um dos pioneiros no antagonismo ao nascente sistema dominante de mercado, o galês **Robert Owen**, muitas vezes denominado como socialista utópico, nascido em 14 de maio de 1771 e com seu falecimento datado de 17 de novembro de 1858, onde na sua vivência de 87 anos acompanhou de perto as transformações e as consequências de um mercado econômico como organizador da vida.

Robert Owen nació en 1771 en Newtown, Montgomeryshire, en el País de Gales. Su educación fue muy modesta, a los siete años de edad era ya un alumno-maestro y dos años después dejó definitivamente la escuela. Con su sentido de los negocios y su inteligencia, Owen consiguió alcanzar rápidamente un puesto destacado en el mundo industrial. Tras unos años de aprendizaje en una tienda de paños de Londres, a finales del decenio de 1780 se instaló en Manchester y a los 18 años de edad se estableció por cuenta propia. (GORDON, 1993, p.279).

Filhos de artesões, e posteriormente diretor de indústrias de produção de fiação até a se tornar coproprietário de sua própria em *New Lanark* na Escócia, onde tomou atitudes até então inéditas para a época como a redução de jornada de trabalho, criação de vilas e creches aos seus funcionários, bem como a criação de uma loja, que podemos destacar como o primeiro EES do século XIX. “Owen, um socialista, era um crente ardoroso na igualdade dos homens e nos seus direitos naturais” (POLANYI, 2000, p.136).

Apenas um homem percebeu o significado da provação, talvez porque entre os espíritos dominantes da época somente ele possuía um íntimo conhecimento prático da indústria e também estava aberto a uma visão anterior. Nenhum pensador chegou tão longe quanto Robert Owen no reino da sociedade industrial. Ele tinha profunda consciência da distinção entre sociedade e estado; embora não tivesse qualquer preconceito contra esse último, como ocorreria com Godwin, ele via o estado apenas por aquilo que ele podia executar: uma intervenção que afastasse da comunidade qualquer perigo, mas não, enfaticamente, para a organização da sociedade. Da mesma forma, ele não nutria qualquer animosidade contra a máquina, cujo caráter neutro ele reconhecia. Nem o mecanismo político do estado, nem o aparato tecnológico da máquina esconderam dele o fenômeno: a sociedade. (POLANYI, 2000, p.155).

Podemos dizer que Owen foi testemunha da transformação inglesa na primeira nação industrial do mundo, e como tal fato resultou nas mazelas do progresso, quem em certos aspectos trouxe regresso ao social. Diferentemente de muitos de seus contemporâneos, como Charles Fourier (1772-1837) e Claude-Henri de Rouvroy - Conde de Saint-Simon – (1760-1825) que se limitaram a escrever obras e sobre elas fundar escolas de pensamento, Owen sempre timbrou em testar as suas proposições na prática social e econômica, era um pragmático, em uma época de inspiração do iluminismo. (SINGER, 2003). E, Owen, ainda tinha como seu propósito a mudança e melhoria dos homens em sua condição de vida através da educação.

A força do owenismo estava no fato da sua inspiração ser eminentemente prática, porém seus métodos se baseavam numa apreciação do homem como um todo. Embora os problemas fossem, intrinsecamente, os da vida cotidiana, como a qualidade do alimento, a habitação e a educação, o nível dos salários, a fuga ao desemprego, a ajuda na doença e outros similares, os temas envolvidos eram tão amplos como as forças morais para as quais apelavam. A convicção de que a existência do homem poderia ser restaurada, se fosse descoberto o método certo, permitiu que as raízes do movimento penetrassem naquela camada profunda onde se forma a própria personalidade. Raramente surgiu um movimento social menos intelectualizado com objetivo semelhante; as convicções daqueles que nele se engajavam imbuíam de significado até mesmo as atividades mais aparentemente triviais, de forma que não era necessário um credo organizado. Na verdade a sua fé era profética, pois insistia em métodos de reconstrução que transcendiam a economia de mercado. (POLANYI, 2000, p.203).

E, segundo Engels (1961), Owen, ainda não estava plenamente satisfeito com seus feitos, inéditos até então:

A existência que se propusera dar a seus operários distava muito ainda de ser, a seus olhos, uma existência digna de um ser humano. “Aqueles homens eram meus escravos”. As circunstâncias relativamente favoráveis em que os colocara estavam ainda muito longe de permitir-lhes desenvolver racionalmente e em todos os aspectos o caráter e a inteligência, e muito menos desenvolver livremente suas energias. (ENGELS, 1961, p.313).

Owen ainda provocou o Estado para agir:

A Revolução Industrial estava causando uma desarticulação social de estupendas proporções, e o problema da pobreza era apenas o aspecto econômico desse acontecimento. Owen afirmou, com muita justeza, que a menos que a interferência e a direção legislativas contrabalançassem essas forças devastadoras, ocorreriam grandes e permanentes males. (POLANYI, 2000, p.157).

E, após perder admiradores nas classes mais altas pela radicalização de seus ideais, em 1824 Owen parte para Indiana nos Estados Unidos e estabelece sua colônia-modelo, uma aldeia cooperativa, a *New Harmony*, e em 1829 por conta de dissidências, Owen retorna para a Inglaterra (SINGER, 2002).

Owen foi um filósofo, que teve a oportunidade de aplicar seus preceitos, e mesmo que no advento da consolidação do sistema capitalista, ele ainda pode trazer alguma esperança ao social da época, onde pode demonstrar que que “algumas pessoas ainda podiam sonhar seus próprios sonhos, e tomavam a medida de uma sociedade que havia esquecido a forma do homem” (POLANYI, 2000, p.201-202), e por fim, Owen vislumbrava uma Reforma do capitalismo, visto que, como hoje séculos depois, o sistema continua em sua jornada hegemônica. Posição essa criticada posteriormente por Marx, onde para este a única solução as mazelas capitalistas é a revolução do proletariado.

3.2.4 Sobre os dados de época

Para tanto, voltamos à obra de Polanyi (2000) que destaca à época da grade transformação, havia inúmeras leis como a *Poor Law*, *Speenhamland* e a *New Poor Law*, que até então tinham o intuito de reger a interação entre o novo mercado e a sociedade, e muitas com, digamos assim, cuidados excessivos que acabaram com contribuir para a consolidação do sistema. E temos o Estado como participante ativo nessas transformações – que no futuro se consolidou como mantenedor do *status quo* do sistema – onde se saiu de uma lógica de paróquia que mantinha em si o trabalho de manter o equilíbrio social para uma proposta de mercado que se regularia por si só, por conta das transações comerciais. O que anteriormente se asseguraria uma renda aos pobres – mesmo que estes não trabalhassem – para um novo perfil de trabalhador que através da venda de sua força de trabalho recebendo em contrapartida um salário deveria por si só prover sua subsistência.

Ficaria assegurada ao pobre uma renda mínima independente dos seus proventos. A famosa recomendação dos magistrados dizia: Quando o preço do quilo de pão de uma determinada qualidade "custar 1 shilling, qualquer pessoa pobre e diligente terá 3 shillings por semana para seu sustento, quer ganhos por ela própria ou pelo trabalho de sua família, quer como um abono proveniente do imposto dos pobres, e 1 shilling e 6 pence para o sustento de sua mulher e qualquer outro membro da sua família. Quando o quilo de pão custar 1/6, 4 shillings por semana mais 1/10. A cada pence acima de 1 shilling no aumento do preço do pão corresponderão 3 pences para ele e 1 pence para os demais". Essas cifras variavam em alguns condados mas, na maioria dos casos, adotava-se a tabela de Speenharland. (...) Desde 1832, dois anos antes, portanto, a classe média vinha forçando seu caminho em direção ao poder, em parte para remover esse obstáculo à nova economia capitalista. Com efeito, nada poderia ser mais óbvio do que o fato de o sistema de salários exigir imperativamente a abolição do "direito de viver" conforme proclamada pela Speenharland. (POLANYI, 2000, p.100).

Assim, tínhamos o nascer de uma classe que almejava o livre mercado para aumentar seus ganhos. Uma época de transformações do social em que um lado havia o interesse pela regulamentação do trabalho e de um lado uma classe proclamando o 'direito de viver'. E nesse meio, tínhamos a consolidação do Estado como mediador da sociedade, de suas ações e comportamento.

Tínhamos também as revoluções das máquinas, da comunicação e a constituição de grandes indústrias, a abolição de uma escravidão de africanos para uma escravidão de uma classe no sentido de prover o consumo, e assim, manter as engrenagens da máquina funcionando. Uma divisão onde os operários viviam em torno das fábricas, em casas pequenas e muitas vezes sem janelas e os burgueses em seu próprio mundo. As cidades modernas e organizadas nasceram em torno das fábricas. Os artesões até então senhores de seus trabalhos passavam a ser meras ferramentas dentro de indústrias, deixando de participar de todo o processo para se especializarem e com isso trazer mais sucesso aos detentores dos meios de produção.

E é nesse preâmbulo em que nasceu as iniciativas de organização da sociedade em torno de uma economia que poderia ser considerada como naturalmente acessória a vida, a Economia Solidária, e vem sido esse o debate de seu papel desde então.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo levantou a potencialidade da análise sócio-histórica nos EORs no sentido de trazer para a discussão a viabilidade de tal prática como possibilidade dentro de uma visão de conhecimento que não a hegemônica. Através da ASHH podemos vislumbrar novas possibilidades

teórico-metodológica de estudo que não as de cunho a-histórico, que é fruto de uma herança do funcionalismo sociológico (VIZEU, 2010), e assim trazer luz as transformações em que a vida social de hoje se configurou em relação à outrora. E, para os EORs tal intento mostra-se importante do ponto de vista de entendimento das amarras empreendidas pela forma de visão convencional, *management* que tende a ser a forma predominante de se organizar a gestão.

De ponto de vista histórico, além da mercantilização da mão de obra, temos a terra como ponto inicial para a consolidação do novo sistema organizador da vida, onde Polanyi (2000, p. 214) relata que “aquilo que chamamos terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem. Isolá-la e com ela formar um mercado foi talvez o empreendimento mais fantástico dos nossos ancestrais”.

Ao trazer para a discussão o fenômeno da Economia Solidária, podemos ver que em seu cerne original, a preocupação dos autores que se debruçaram sobre tal temática era a premissa e proposta de guiar a sociedade a uma nova ordem de vida, reformando o capitalismo. Outrossim, vemos que na atualidade muitos estudos sobre a temática ainda se apresenta o ranço do fenômeno como contraposição ao sistema capitalismo, inclusive o (CNES) aponta essa hegemonia como nociva ao desenvolvimento da ES. Ora, sendo o Governo no estado atual como regulador da vida, o que o impede de fato de tomar ações concretas no sentido de corrigir as contradições históricas geradas pela economia centrada no mercado como a verdadeira regulamentadora da vida. Afinal, conforme Labriola (1998, p.128-129):

No princípio do século [XIX] explodem violentas crises, e aqueles primeiros movimentos operários têm sua origem imediata e direta no desemprego agudo. A ilusão da ordem natural é posta às avessas! A riqueza gerou a miséria! A grande indústria, alterando todas as relações de vida, aumentou os vícios, as doenças, a sujeição: ela é, em suma, causa de degeneração! O progresso gerou o regresso! Como fazer para que o progresso não gere outra coisa que o progresso; isto é, prosperidade, saúde, segurança, educação e desenvolvimento intelectual igualmente a todos?

E no olhar histórico, temos que Owen, Fourier e Saint-Simon apresentam como a resolução e superação dos antagonismos sociais, sem diminuir a energia técnica e industrial do homem, mas antes a incrementando.

Numa análise do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, em delimitação de suas metas, apresentadas na página 20, traz como diretrizes principais o crescimento, sempre em números e não há menção na qualidade desse crescimento, ou se o mesmo é de fato o anseio dos atores que

vivenciam na prática a vida econômica solidária ou de seus representantes de que seus gabinetes apontam para o caminho. Assim, temos ainda o predomínio de uma visão utilitarista, pois a proposta da ES vai além da questão de emprego. É uma questão de forma de organização da vida em sociedade.

Finalmente, esperamos que esse texto sirva de alento para a comunidade acadêmica, para entender como a história e seu enlace social nos possibilita entender a construção e reconstrução dos fenômenos por uma lente que não a convencional funcionalista. E neste caso, na ES nos parece que a premissa de três séculos atrás ainda se encontra vigente – ao menos para estado brasileiro – e, pelas configurações atuais do sistema capitalismo e da própria sociedade se faz uma reflexão mais ampla do papel ES para além de ‘solução’ imediatista para o desemprego, mas como uma economia viável para a organização da sociedade. E, para uma agenda de pesquisa, sugerimos o uso da ASHH para vislumbrar novos olhares sobre os pilares dos EORs.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elizeu Barroso; BUENO; Ademir Moreira; EBERSPACHER, Aline Mara Gumz; ROLON, Vanessa Estela Kotovicz. Sobrevivência das empresas de economia solidária brasileiras sob o prisma do capitalismo: sustentabilidade é possível? **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Ed. Especial, vol. 7, n. 3, p. 701 – 716. jul – dez 2014.

ALVES, Juliano Nunes; FLAVIANO, Viviane; KLEIN, Leander Luiz; LÖBLER, Mauri Leodir; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, Artigo 1, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2016.

BETERO, C.O. Estudos organizacionais em perspectiva. **RAE-revista de administração de empresas**, v.5, n.1, p. 92-93, 2005.

BURKE, Peter. **História e teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
CNES. 1º Plano Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf>. Acesso em 25 jun. 2017.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas Vol 02. Rio de Janeiro: Vitória, 1961b. pp. 305-338.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz (org.). **Formas de resistência e de combate à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

_____. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária. **BIB**. São Paulo, n. 73, 1º Semestre de 2012, p. 5-20.

GORDON, Peter. Robert Owen (1771-1858). **Perspectivas**: revista trimestral de educación comparada (París, UNESCO: Oficina Internacional de Educación), vol. XXIV, nos 1-2, 1993, págs. 279-297.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. In: _____. ADORNO, Theodor W. Textos Escolhidos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

JACQUES, Roy Stager. History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. **Management & Organizational History**, vol. 1, no. 1, p. 31-49, 2006.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

LABRIOLA, Antonio. **Em memória do Manifesto Comunista**. In: COGGIOLA, O. (Org.). Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998. pp. 87-135.

LAVILLE, J. L. (Compilador). **Economia Social y Soliaria: uma visión europea**. Buenos Aires, Altamira: 2004.

LE GOFF, J. A História Nova. In: **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. P. 25-64.

MATITZ, Q. R. S. ; VIZEU, Fabio . Construção e Uso de Conceitos em Estudos Organizacionais: Por uma Perspectiva Social e Histórica. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 46, p. 577-598, 2012.

MÜHL, Eldon Henrique. Violência, racionalidade instrumental e a perspectiva educacional comunicativa. **Cadernos de Educação**, n. 33, 2009.

PINHEIRO. Daniel Calbino; PAES DE PAULA, Ana Paula. Para uma discussão da eficiência na economia solidária: algumas implicações teóricas e empíricas. **ORG & DEMO**, Marília, v. 16, n. 2, p. 25-44, Jul./Dez., 2015.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação**: as origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

RUFINO, S. (Re) Fazer, (Re) Modelar, (Re) Criar: A Autogestão no processo produtivo. Tese de Doutorado. POLI/USP, 2005, 181 p.

SEIFERT, R. E. ; VIZEU, Fabio . Crescimento Organizacional: uma Ideologia Gerencial?. **RAC. Revista de Administração Contemporânea (Online)**, v. 19, p. 127-141, 2015.

SINGER, P.. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A economia solidária no Governo Federal. Mercado de Trabalho, n.4, **IPEA**, 2004.

STEFANI, D. ; VIZEU, Fabio . Contribuições da Análise Sócio-Histórica à Pesquisa Organizacional e da Administração. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 9, p. 187-209, 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

TUCHMAN, G. Historical social science: methodologies, methods, and meanings. In: DENZIN, N; LINCOLN, Y. (Ed) **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, 1994. p. 306-323.

VIZEU, Fabio. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **RAE (Impresso)**, v. 50, p. 36-46, 2010.